



AGROECOLOGIA DOS INDÍGENAS DO ACRE: ÉTICA DO BEM VIVER

Roberta Graf

ICMBio /CNPT, Rio Branco-Acre-Brasil

Agroecologia dos indígenas do Acre

As práticas agrícolas milenares dos indígenas do Acre são reconhecidamente sustentáveis, firmadas na policultura bem variada e em pequena escala. Chamadas por eles genericamente de “legumes” em português, cultivam várias espécies de batata, inhame e feijão, bem como milho, macaxeira, amendoim e as frutíferas nativas no sudoeste da Amazônia, como açaí, pupunha, cupuaçu e graviola.

Porém, uma prática comum antiga, não mais sustentável nos dias atuais, a queimada para fins de desmatamento e o próprio enriquecimento do solo com a cinza considerada fertilizante, vem sendo pouco a pouco eliminada de alguns povos, e já consta dos seus Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGATIs). O uso do fogo era cultural, e inclusive se chamavam os *yuxin* (espíritos) do vento para atiçá-lo mais no preparo do solo. Bem como, outras práticas culturais como o uso do tingui, oaca e outros venenos para a pesca (ilegal no Brasil desde 1998), bem como o consumo de ovos de tracajá, por exemplo, também estão sendo abandonados, numa adaptação dos indígenas às exigências socioambientais contemporâneas. Até porque, com o processo histórico de exploração e expropriação territorial que sofreram, e posteriormente a demarcação de suas terras, não mais é possível o nomadismo nem o usufruto de vastos territórios e seus recursos. Os indígenas, conscientes deste fato, procuram, com ou sem apoio e políticas públicas, aprimorar a sustentabilidade de seus cultivos, pois têm uma terra limitada “para sempre”, ainda que sua população cresça.

No Acre temos a feliz oportunidade da densa formação continuada e apoio ao trabalho dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI) pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI), desde 1996. Hoje são 179 AAFIs na ativa. Desde 2003 (com maior impulso de 2008 a 2011), funcionou também o Programa de Agentes Ambientais Voluntários (AAVs) com indígenas por parte do Ibama. Foram formados mais de 200 indígenas, e ao final do Programa, infelizmente extinto em 2013, restavam 172 AAVs indígenas na ativa, e provavelmente eles estão até hoje, por conta própria. Tanto a formação dos AAFIs quanto o Programa dos AAVs do Ibama foram de grande valia e são muito bem citados pelos indígenas, e envolvem todas as etnias do Acre e suas TIs povoadas.¹ Os PGATIs começam a surgir em 2004, e são fruto tanto

¹ Quanto aos AAFIs, só não estão na ativa hoje os da etnia Madejá (Kulina), estando as demais 14 etnias do Acre. O Programa dos AAVs do Ibama / Acre incluiu as 15 etnias do Acre e mais 04 etnias do sudoeste do Amazonas. (Este Programa também ocorreu em vários outros estados incluindo numerosas outras etnias e terras.) Mencionamos TIs “povoadas” porque no Acre há também outras terras demarcadas para proteção dos



16 a 18 de novembro de 2016
Dourados, MS

Tema Agroecologia e soberania alimentar:
saberes em busca do bem viver

- 2º Seminário de Agroecologia da América do Sul
- 1ª Jornada Internacional de Educação do Campo
- 6º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul
- 5º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul
- 2º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul

dos projetos de etnomapeamento da CPI, em algumas terras, quanto do etnozoneamento do governo do Acre, em outras. O trabalho dos AAFIs / AAVs é referência nacional, e foi decisivo na inspiração e elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, a PNGATI, promulgada no Dec. n. 7.747 de 2012, confeccionada participativamente por servidores públicos, indígenas e técnicos parceiros desde 2008 por um grupo entre o MMA, a Funai e a Apib.²

Por experiência dos AAFIs / AAVs, mas também por uma inclinação ecológica “natural” dos indígenas, em particular das etnias Huni Kuin (Kaxinawá) e Ashaninka (Kampa), os indígenas promovem plantios agroecológicos principalmente na formação de SAFs, com variadas culturas consorciadas de tubérculos, leguminosas, cereais e etc, frutíferas nativas e exóticas, madeiras de lei e palmeiras. Também costumam fazer o que chamam de “parques de cura”, pequenas clareiras em meio à floresta enriquecidas com plantas medicinais nativas e algumas exóticas que vão aprendendo. Também praticam reflorestamento de matas ciliares, cultivos ornamentais, manejo de quelônios, meliponicultura, piscicultura, criação de animais de pequeno porte, recuperação de áreas degradadas, vigilância e fiscalização de seu território e educação ambiental interna e externa. Sim, eles próprios são professores dos não-índios, tanto de gestão ambiental quanto de SAFs e das outras atividades citadas. Há experiências de vulto como a enorme produção de mudas dos Kuntanawa, que as distribuem a várias famílias do entorno de sua terra (situada dentro da Resex Alto Juruá), a escola Ashaninka para fins socioambientais em geral, situada na cidade (o “Centro de Formação Yorenka Ætame – Saber da Floresta”, em Marechal Thaumaturgo, AC) e a impressionante produção agrícola e recuperação de área degradada (por antiga criação de gado) dos Huni Kuin na diminuta TI Colônia 27, em Tarauacá, AC.

Ética do bem viver

A Ética do Bem Viver (EBV) é algo ainda pouco desenvolvido no meio acadêmico, sendo trazida pioneiramente pelo equatoriano Alberto Acosta. O “bem viver” é um conceito dos indígenas americanos, notoriamente os Quéchua e Aimara, mas faz parte dos ameríndios em geral, e tem rebatimento no *nhandereko* e *teko porã* guarani. Tem sido citado nas lutas do movimento indígena em geral. É difícil desenvolver em poucas palavras a EBV, mas trata-se de um terreno fértil para alternativas anticapitalistas, contra-hegemônicas, de fundamento ecológico e sociocultural da sabedoria ancestral dos povos originários. Traz os direitos da natureza, ou da Mãe Terra (*Pachamama*) em primeiro plano, que é algo trazido há décadas no meio acadêmico pela excelente corrente da Ética Ambiental denominada Ecologia Profunda (EP), do pioneiro Arne Naess. Segundo ambas, a terra, ou a natureza, com todos os seus

índios isolados (de “isolamento voluntário” ou “sem contato”), não povoadas pelos índios de contato permanente, até o momento.

² MMA: Ministério do Meio Ambiente; Funai: Fundação Nacional do Índio; Apib: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.



16 a 18 de novembro de 2016
Dourados, MS

Tema Agroecologia e soberania alimentar:
saberes em busca do bem viver

- 2º Seminário de Agroecologia da América do Sul
- 1ª Jornada Internacional de Educação do Campo
- 6º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul
- 5º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul
- 2º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul

componentes vivos e não-vivos, possui por si só um direito e valor intrínseco, independente de qualquer valoração humana, menos ainda de alguma valoração utilitária do capitalismo. São direitos originários, portanto, os da natureza (dos sistemas vivos) e os das coletividades. Originários e portanto superiores a qualquer apropriação capitalista, mormente considerando que o capitalismo, por mais que tenha sido “esverdeado” em alguns paliativos do “desenvolvimento sustentável”, é intrinsecamente antiecológico e socialmente excludente.

Priorizam-se sistemas econômicos locais autossustentáveis, solidários e ecológicos. Mencionam o crescimento zero (e o decrescimento), assim como tratam também há décadas a brilhante corrente do Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs e trabalhos de ponta como a “Economia do século XXI” de Herman Daly e o “*Small is beautiful*”, de Ernst Schumacher. Porém, numa releitura a partir do pensamento indígena ancestral, ou seja, com embasamento na cultura ancestral latino-americana. Da mesma forma, a EBV tem tratado de justiça social plena, a começar pela redistribuição de terra e de renda (o grande problema é a “riqueza”, e não a “pobreza”), bem como de democracia, de ampla disponibilidade de trabalho gratificante e com jornadas reduzidas e de um Estado plurinacional, que valorize e respeite a existência de culturas diversas à branca ocidental capitalista. Trata-se de inspiração às lutas de resistência anticapitalista e anticolonialista, aproveitada por movimentos sociais, como os zapatistas do México, bem como por governos mais avançados, como foram os de Equador e Bolívia, ao menos em parte, ao incorporarem os direitos da natureza / da Mãe Terra em suas constituições (de 2008 e 2009, respectivamente).

Esses temas serão aprofundados em minha palestra homônima no “Agroecol 2016” em 17 de novembro próximo, acompanhada de um artigo mais completo.